

## **Estado da arte sobre as políticas públicas para o meio ambiente no município do Rio de Janeiro (2000-2013)**

### **State of the art on public policy for the environment in the municipality of Rio de Janeiro (2000-2013)**

*Saulo Cezar Guimarães de Farias*

Doutorando em Meio Ambiente pela UERJ.  
Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente.  
PPGMA/UERJ  
[saulocg@bol.com.br](mailto:saulocg@bol.com.br)

Artigo recebido para revisão em 19/08/2013 e aceito para publicação em 02/10/2013

#### **Resumo**

A pesquisa apresenta um quadro sobre a produção científica a respeito da criação e implementação de políticas públicas ambientais no município do Rio de Janeiro publicadas no período 2000-2013. Partindo de uma análise teórico-descritiva e usando o levantamento documental como instrumento metodológico, a pesquisa revelou que a produção é quantitativamente incipiente e inexpressiva, de autoria descontínua, de elevada dispersão e desequilíbrio entre os espaços de produção científica que se debruçam nos estudos sobre a temática e em áreas correlatas, sugerindo a necessidade premente de desenvolvimento de pesquisas na área.

**Palavras-chave:** Políticas ambientais. Políticas públicas. Meio Ambiente. Rio de Janeiro.

#### **Abstract**

The research presents a picture of the scientific production about the creation and implementation of environmental policies in the municipality of Rio de Janeiro published in the period 2000-2013. From a theoretical analysis using descriptive and documental as a methodological tool, the survey revealed that production is quantitatively incipient and expressionless, authored discontinuous, high dispersion and imbalance between the spaces of scientific studies that focus on subject and related areas, suggesting the urgent need for research development in the area.

**Keywords:** Environmental Policies. Public policies. Environment. Rio de Janeiro.

### **1. 1 INTRODUÇÃO**

O propósito do levantamento realizado aqui é estimar o acervo de publicações científicas que tratam sobre as políticas públicas ambientais criadas para serem usadas e aplicadas no estado do Rio de Janeiro, mais especificamente no município do Rio de Janeiro para subsidiar o projeto de tese do autor. O projeto de tese em

questão está associado ao doutorado multidisciplinar em Meio Ambiente, na linha de pesquisa Controle Social do Meio Ambiente e tem como objetivo principal analisar a realidade da política ambiental do município do Rio de Janeiro entre 2000 e 2014, seus avanços, limites, retrocessos e desafios.

Como forma de analisar o montante de políticas públicas ambientais direcionadas para o Rio de Janeiro, empreendeu-se uma pesquisa de *survey* de caráter descritivo e exploratório para se construir referenciais teórico-empíricos sobre tais políticas tomando como eixo de partida, as políticas dos três níveis de governo: federal, estadual e municipal, e articulação das esferas para consolidação das estratégias de interesse coletivo.

Pretende-se ao final do levantamento construir uma base de dados e uma bibliografia analítica (Estado da Arte<sup>1</sup>) de publicações científicas sobre a temática, de modo a colaborar com a comunidade científica, sociedade política e civil ampliando a discussão sobre a criação de mecanismos exequíveis de desenvolvimento, execução, implementação e de maior participação sociopolítica no acompanhamento e controle das políticas ambientais no município.

## 2. O HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS NO BRASIL

Para iniciar a discussão apontaremos três grandes momentos que ocorreram, concomitantemente, no Brasil e no mundo e que marcaram os rumos que a política, economia e questões

socioambientais tomariam no país. O primeiro se refere ao processo de redemocratização e descentralização do poder central após a saída do governo militar (1969-1985) e nas eleições diretas para um novo governo democrático no Brasil na década de 1980, promovendo novos espaços e ampliando a participação popular das decisões políticas.

O segundo sobre as intensas discussões ambientais internacionais (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (CNUMAH, 1972), Estocolmo, em 1972; Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD, 1992), no Rio de Janeiro, em 1992 (também conhecida por Rio-92); e Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (CMDs), Johannesburgo em 2002) geradas pelos grandes impactos ambientais em diferentes ambientes do planeta que estavam se refletindo em catástrofes naturais e apontando para um futuro próximo “apocalíptico” (FOLADORI, 2001).

O terceiro se refere à adoção por parte do governo brasileiro do projeto neoliberal capitalista no início da década de 1990, aproximando mais ainda a sociedade brasileira de um modelo em torno da propriedade privada dos meios de produção, da subsunção do trabalho ao capital e, por conseguinte, da lógica do processo de acumulação capitalista (MARX, 1982).

Entre os três momentos, o último passou a ser considerado como o maior culpado pelo

---

<sup>1</sup> Entende-se por “Estado da Arte” ou “Estado do Conhecimento” o mapeamento e discussão de uma determinada produção acadêmica e científica em um campo do conhecimento definido, caracteristicamente pautado em resumos de fontes documentais diversas, com metodologia inventariante e descritiva (FERREIRA, 2002).

aumento da exploração dos recursos naturais e pela degradação acelerada dos ecossistemas do país, justificado pela necessidade de desenvolvimento para superação da crise social (LAYRARGUES, 1997; ACSELRAD; LEROY, 1999; DELUIZ; NOVICKI, 2004).

Todos foram cruciais para a politização de muitas questões, entre elas, da questão ambiental no Brasil que era apontado como um representante natural do planeta na luta pela preservação do meio ambiente.

Tendo como marco inicial da legislação ambiental que passaria a conter as diretrizes das questões ambientais no país, a criação, em 31 de outubro de 1981, sancionada pela Lei 6.938, a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) (BRASIL, 1981), definiu os fins e mecanismos de formulação e aplicação das políticas nela contida.

Esta lei criou, de um lado, o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e de outro, o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), prevendo, embora limitadamente, o envolvimento dos Estados e Municípios com a questão ambiental. A PNMA foi instituída para trabalhar conjuntamente e coordenadamente com o SISNAMA e CONAMA, instrumentos de gestão e regulamentação, onde o CONAMA atua através do acesso da opinião pública às informações relativas às agressões ao meio ambiente e às ações de proteção ambiental, e o SISNAMA, composto de órgãos e instituições de diversos níveis do Poder Público, elabora normas

e padrões supletivos e complementares (SOUZA; NOVICKI, 2010).

Neste quadro que estava sendo criado, onde intrínsecas relações sociais, políticas, econômicas e ambientais se formavam, as políticas públicas precisariam atender às necessidades da dinâmica de acumulação do capital e do projeto neoliberal no qual o país também aderira. O que se esperava, entretanto, era que as políticas ambientais brasileiras passassem a ser construídas com o objetivo de minimizar e mitigar intrínsecos problemas gerados por conflitos e interesses, o que, de fato, não ocorreu (FARIAS, 2013).

Até a promulgação da CF de 1988 era competência da União legislar sobre as políticas de interesse estratégico do Estado e praticamente todo o material jurídico produzido se baseava na PNMA e praticamente nenhum material era produzido pelos entes federados menores.

O quadro mudou significativamente nas décadas seguintes, quando se acentuou o processo de municipalização e descentralização da gestão dos recursos municipais incentivando os governos locais a iniciar legislação para suprir suas necessidades mais específicas.

No contexto político atual, podemos usar a classificação de Teixeira (2002) que resume claramente os campos estratégicos no qual o poder legislativo enquadra as políticas públicas brasileiras: *Identidade* – iniciativas de proposições para responder questões constituem

um elemento importante no processo de formação de identidade coletiva dos atores sociais; *Plataformas Políticas* - as políticas públicas expressam o sentido do desenvolvimento histórico-social dos atores sociais na disputa para construir a hegemonia; refletem, pois, as concepções que têm do papel do Estado e da sociedade civil, constituindo programas de ações que respondem as suas carências e demandas; *Mediações Institucionais* - as políticas públicas traduzem mediações entre interesses e valores dos diversos atores que se defrontam em espaços públicos para negociar soluções para o conjunto da sociedade ou determinados grupos sociais e *Dimensão Estratégica* - as políticas públicas diretamente ligadas ao modelo econômico e à constituição de fundos públicos assumem aspecto estratégico quando se constituem referência e base para a definição de outras políticas ou programas em determinadas áreas.

Devemos considerar, ao mesmo tempo, as inovações tecnológicas e a reestruturação produtiva e os seus efeitos sobre o emprego e o agravamento das desigualdades sociais, buscando-se alternativas que redirecionem o emprego não apenas da forma compensatória que torna seus beneficiários meros objetos da assistência, mas que os tornem cidadãos ativos, contribuindo, através de novas formas de inserção social, para o desenvolvimento da sociedade (SOUZA, 2006).

Podemos destacar ainda nesse quadro que com a promulgação da Constituição Federal de

1988 houve um maior incentivo à participação popular nas decisões políticas e consequentemente um maior controle social das políticas no âmbito municipal. Esperava-se que com essa aproximação a qualidade de todo o processo de formulação de políticas governamentais aumentasse e que a população sentisse os efeitos na efetivação das discussões, fato que não ocorreu em grande parte dos municípios brasileiros devido a inúmeras contradições e distorções já evidenciadas em outros estudos (SOUZA, 2010, ARRECTHE, 2009, FARIAS, 2010, ALCANTARA, 2006).

### **3. TIPOS, ORIGENS E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS**

Inicialmente, é possível afirmar que a produção científica sobre as políticas públicas ambientais no município do Rio de Janeiro revela-se quantitativamente inexpressiva e incipiente, limitada a 41 estudos, refletindo a pouca valorização, em geral, social e em particular, acadêmica relacionada a esses espaços.

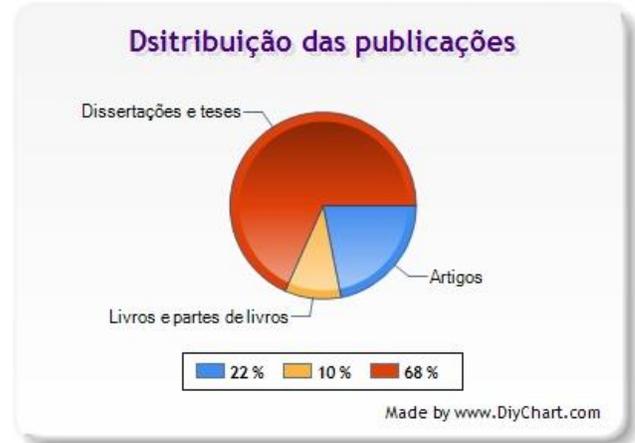
Seguindo a estrutura preparada para o relatório dos alunos do grupo de pesquisa Trabalho, Meio Ambiente e Educação (SOUZA, 2009) e também do ponto de vista de sua abrangência, o levantamento visou selecionar

estudos: i) circunscritos ao período 2000-2013<sup>2</sup>; ii) de autoria ou co-autoria de pessoa física, não se agregando referências assinadas por entidades coletivas; iii) publicadas no Brasil; iv) referentes a dissertações de mestrado e teses de doutorado<sup>3</sup>, livros no todo e partes de livros<sup>4</sup>, artigos publicados em periódicos e<sup>5</sup>, ainda, trabalhos em Anais de eventos científicos<sup>6</sup> (SOUZA, 2009).

A distribuição desses 41 estudos por tipo de fonte documental utilizada no levantamento revela a predominância das dissertações de mestrado e teses de doutorado (68%) em relação às demais classes de referências que, proporcionalmente, se distribuem entre os artigos científicos publicados em diversos periódicos

(22%) e livros e partes de livros<sup>7</sup> (10%) (Figura 1).

**Figura 1:** Gráfico da distribuição das publicações



**Fonte:** O autor

Muitos são os fatores que podem explicar as discrepâncias entre os trabalhos nas suas respectivas fontes e que se refletem nas limitações da abrangência do levantamento realizado, a atualidade da temática e as limitações na busca por periódicos impressos em bibliotecas físicas de difícil acesso não alcançando os níveis máximos de busca dos mesmos como podemos ver na tabela 1.

Contudo, ficou evidente que devido à atualidade das questões presentes na temática “políticas públicas ambientais no município do Rio de Janeiro” existe um baixo quantitativo de publicações científicas tratando sobre o assunto. Cabe ressaltar uma curiosidade que durante todo levantamento em espaços físicos (nas bibliotecas)

<sup>2</sup> O período analisado foi um recorte de treze anos (2000-2013) considerando-se o ano de 2000 o ano inicial do levantamento documental em função de que, nesse mesmo período, estiveram no poder os presidentes do Partido dos Trabalhadores (PT).

<sup>3</sup> Consultas ao Banco de Teses *on-line* da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

<sup>4</sup> Cabe frisar que os livros identificados no levantamento foram incluídos em critérios diferentes dos das demais fontes selecionadas por apresentarem conteúdo, muitas vezes, não diretamente ligados ao eixo temático, mas em que pese constituírem-se em importantes referências para a área.

<sup>5</sup> Consultas a 88 títulos de periódicos pertencentes a diversas áreas (meio ambiente, administração, ciências políticas, planejamento urbano e ambiental, ecologia, geografia e, ainda multidisciplinares), além do acesso à base de dados da *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), e ao *site* da Google.

<sup>6</sup> Consultas aos Anais da: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em administração (ANPAD) e Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano Regional (ANPUR).

<sup>7</sup> Alguns dos livros encontrados apresentam conteúdo diversificado não sendo diretamente relacionados diretamente com a temática, mas com grande valor teórico para a discussão, entendendo o autor que deveria mantê-los na contagem.

e virtuais (na internet) muito se encontrou sobre a temática em jornais, revistas e blogs, ou seja, em ambientes não científicos e que fugiam aos padrões e limitantes determinados para o “estilo” da pesquisa sendo deixados de fora.

**Tabela 1:** Obras encontradas no levantamento documental com recorte 2000-2013.

TIPO	AUTORES	QT	%
Artigos em periódicos	CALAES, <i>et al.</i> 2008	9	22%
	MARQUES, 2009		
	FERREIRA, 2000		
	PORTO, <i>et al.</i> 2004		
	MATTOS, 2005		
	ANDRADE <i>et al.</i> , 2010		
	VIEIRA <i>et al.</i> , 2010.		
Livros e partes de livros	PINHEIRO, 2008	4	10%
	FARIAS, 2010		
	BENJAMIN, 2001		
	IRVING, 2006		
Dissertações e teses	GOMES FILHO, 2005	28	68%
	SIRKIS, 2003		
	BONIS, 2005		
	JÚNIOR, 2005		
	NETO, 2006		
	AMANTE, 2006		
	RIBEIRO, 2007		
	TOLEDO, 2007		
	OLIVEIRA, 2008		
	MONTEIRO, 2009		
	PEREIRA, 2009		
	SANTOS, 2010		
	ALHO, 2011		
	GOMES FILHO, 2003		
	VARGAS, 2001		
	AZEREDO, 2005		
	SANTOS, 2006		
	FITTIPALDI, 2006		
	VIEIRA, 2008		
	ZBOROWSKI, 2008		
ALLEGRETTI, 2009			
NERI, 2010			
FREITAS, 2011			
BAÑADOS, 2011			
COSTA, 2001			
PEREIRA, 2006			
SOARES, 2009			
SANTIAGO, 2010			
CAVALCANTI, 2010			
GOUVEIA, 2011			

Fonte: O autor

#### 4. A ARTICULAÇÃO ENTRE O CRESCIMENTO URBANO, TRANSFORMAÇÃO NATURAL E AS POLÍTICAS PARA O MEIO AMBIENTE

Todas as concepções de políticas públicas ambientais e seus desdobramentos servirão para compor o quadro teórico em que se encontram essas políticas criadas a partir da PNMA pelos governos locais e no município do Rio. Não será preciso evidenciar um posicionamento e nem determinação das correntes teóricas usadas pelos autores, nem com que propósitos e objetos os legisladores se basearam para criá-las.

Esses 41 estudos sobre os CMMA foram agrupados em duas categorias, definidos antes e depois de sua triagem final, assim distribuídos: a categoria Políticas de gestão urbana e sustentabilidade e a subdivisão retratando o processo de descentralização da gestão ambiental concentra mais da metade dessas referências (62%) e a outra categoria, Debates teóricos sobre políticas públicas e conflitos socioambientais e sua subdivisão concernente às políticas para educação ambiental concentrou o restante dos trabalhos (38%).

#### 5. POLÍTICAS DE GESTÃO URBANA E SUSTENTABILIDADE

Articular de forma sustentável o crescimento urbano das cidades brasileiras e todos os seus reflexos nos ambientes naturais, no cotidiano da população e na formulação de

políticas públicas é o desafio encontrado na maior parte dos trabalhos agrupados nesta seção.

Constatou-se que as pesquisas que realizam uma articulação histórica entre o desenvolvimento do estado brasileiro e os reflexos nos modelos de planejamento urbano e gestão ambiental nos municípios do Brasil e no Rio de Janeiro são a maioria. Estes estudos apresentam grande importância na constituição de um referencial sobre como os processos de industrialização e urbanização iniciados nas décadas de 1960, 1970 e 1980 ocorreram no Brasil e foram responsáveis pela geração e acirramento de problemas socioambientais nos grandes centros urbanos.

Os estudos em agrupados nesta categoria de análise dão ênfase nas atuais discussões e exemplos de políticas de planejamento urbano executadas no município, como Calaes *et al.* (2008) que assinalou a importância do planejamento estratégico e do ordenamento territorial na estimulação da competitividade e da sustentabilidade de empreendimentos produtores de agregados para a construção civil, analisando em particular o caso do parque produtor de brita da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ).

Em outro estudo situado nesta categoria de análise, Marques (2009) tratou da distribuição dos investimentos em equipamentos de saneamento básico na Região Metropolitana do Rio de Janeiro no período 1975 a 1991. O autor distribuiu as

investimentos realizadas pela concessionária estadual, a CEDAE, em uma base espacial produzida especialmente para a realização da pesquisa. Para constituição da base de dados de indicadores sociais foram utilizadas informações do Censo demográfico de 1980, único realizado no decorrer do período estudado.

Contendo análises sobre os projetos de saneamento e gestão dos recursos hídricos da região metropolitana do município, destacamos as obras de Bonis (2005), onde o autor apresentou um conceito de gestão ambiental da drenagem e controle de cheias em meio urbano, conceito, este, relativamente novo, em vista a grande concentração populacional nas regiões urbanas, onde as inundações têm levado ao caos ambiental e de Júnior (2005), contribuindo com a categoria no aprofundamento da discussão do saneamento e saúde, utilizando como modelo a malha hidrográfica da Leopoldina observando que a utilização do saneamento como instrumento de promoção da saúde pressupõe a superação dos entraves tecnológicos, políticos e gerenciais têm dificultado a extensão dos benefícios aos residentes em áreas rurais, municipais e localidades de pequeno porte. Bañados (2011), por sua vez, examinou quatro projetos de pagamento serviços ambientais: Projeto Conservador de Águas, situado no município de Extrema, MG; Projeto Oásis, situado em Apucarana, interior do Paraná; Programa Produtores de Água e Floresta, em Rio Claro,

interior do Rio de Janeiro; e Projeto Produtores de Água no Estado do Espírito Santo.

Ainda dentro da categoria, Pereira (2009) analisa a implementação das políticas de recursos hídricos na bacia da lagoa Rodrigo de Freitas sob a ótica da implementação dos instrumentos de gestão e da atuação e articulação dos componentes dos Sistemas de Gerenciamento dos Recursos Hídricos da lagoa com base em informações obtidas junto aos órgãos do sistema e em buscas bibliográficas, verificando-se a atuação de cada órgão e o status de implementação dos instrumentos de gestão.

E por fim, Amante (2006) afirma que para a construção de uma metodologia que possa integrar as abordagens da presença e da circulação da água em ambientes urbanos, destacando o caso das enchentes, seria necessário a criação de um mapeamento que consiga espacializar, em detalhe, o fenômeno. Essa perspectiva de análise foi inserida na área da Grande Tijuca – Zona Norte do município do Rio de Janeiro (RJ) - densamente habitada com histórico de utilização da água apresentando problemas desde o processo de ocupação inicial.

Outros trabalhos, como o de Neto (2006), sugerem que políticas equivocadas, que duram há décadas, causem a fragilidade institucional local na questão ambiental e problemas operacionais do órgão estadual de fiscalização e controle ambiental.

Na geração de políticas de geração de renda por intermédio do turismo ecológico ou ecoturismo, Ribeiro (2007) investigou o uso das bacias hidrográficas dos rios Grande e Camorim, localizadas na vertente leste do Maciço da Pedra Branca, no município do Rio de Janeiro. Verificou, neste caso, um uso que se estabelece em meio à precariedade das políticas públicas de exploração do potencial ecoturístico, que são direcionadas ao Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB) e Allegretti (2009) realizou um estudo exploratório de uma realidade, que objetiva identificar os limites e as potencialidades para a implantação e incremento do ecoturismo no Parque Estadual do Desengano (RJ) e auxiliar na reflexão sobre a importância da atividade na promoção da conservação ambiental. Relata o autor que para melhor compreensão do ecoturismo são apresentadas suas características, princípios, conceitos norteadores, histórico das medidas governamentais federais e o potencial da atividade nos parques estaduais do Estado do Rio de Janeiro.

Contendo dados sobre as políticas de administração gestão ambiental a pesquisa de Toledo (2007) considerou, de modo amplo e no âmbito municipal, a importância da descentralização como parte do processo de reforma do Estado brasileiro. O autor relembra que alguns estados brasileiros têm sido proativos no processo de descentralizar a gestão ambiental, enquanto outros assumiram posturas mais

conservadoras, como o Estado do Rio de Janeiro que, até a última gestão de governo, optou pela desconcentração da gestão ambiental.

No âmbito jurídico, o estudo de Oliveira (2008) procurou organizar as evidências coletadas pela auditoria do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCMRJ) em meio a uma estrutura de análise capaz de relacionar os problemas apontados aos seus fatores causativos. Ele afirma que não se trata de questionar a validade metodológica do trabalho conduzido pelo TCMRJ, mas sim, de colocá-lo frente a uma perspectiva de análise mais estruturada e em face ao seu real objeto de análise: o modelo de gestão orientada para resultados - suas características, requisitos e limitações.

#### *Descentralização das políticas ambientais*

Farias (2010) analisou os resultados obtidos pelo processo de descentralização das políticas públicas para o meio ambiente no município de Rio das Ostras (RJ). Ele retratou o momento histórico em que as discussões ambientais tomaram corpo e incentivaram a formação das políticas ambientais brasileiras e as contribuições da Constituição Federal de 1988 proporcionou para a criação dos Conselhos de Meio Ambiente como espaços de participação popular dentro dos municípios. No âmbito Federal, Néri (2010) examinou a estrutura e o funcionamento do Conselho Municipal de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro

(CONSEMAC) no ano de 2009, a participação da sociedade civil e a promoção da Educação Ambiental (EA).

No que diz respeito à formação e consolidação dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente (CMMAs), ressaltou a autora que a Constituição Federal de 1988 viabilizou o processo de descentralização por meio do qual os municípios que foram elevados ao status de entes federados e propiciaram a criação de instituições que facultaram a participação da sociedade nas políticas públicas ambientais.

Em outro trabalho que observa a importância do processo de descentralização na melhoria da qualidade da gestão ambiental nos municípios, Monteiro (2009) analisou as competências sobre assuntos de interesse ambiental no âmbito municipal de 1988 a 2001. Ressaltou ainda que, com o advento do Código Municipal de Meio Ambiente do município de Macaé (Lei Complementar nº 27 de 2001), foi criado um instrumento de gestão pública para a regulação das atividades de impacto local através do licenciamento ambiental municipalizado.

Nesse sentido, Santos (2010) apresentou casos de estados que estabeleceram a descentralização da licença ambiental assim como se identificou as classificações utilizadas para a determinação do enquadramento do potencial poluidor das atividades passíveis de licenciamento nas diferentes esferas da administração pública.

Sobre a aproximação da população nos debates ambientais em suas localidades, Alho (2011) examinou a participação popular nas políticas urbanas das grandes cidades como meio de legitimação do agir estatal. Com ênfase na democracia e com maior foco no seu viés deliberativo no que se refere à participação, constatou que as dificuldades historicamente existentes no país na prática desse vetor democrático são obstaculizadoras da interferência popular na enunciação, elaboração, execução e controle das políticas públicas urbanas, porém não são suficientes para afastar tal interferência, constitucionalmente autorizada.

Dentro dos municípios, Pinheiro (2008) comentou que até os anos de 1990 a Prefeitura do Rio atuava na cidade de forma pontual e fragmentada, sem os fundamentos legais e sem o apoio de um conjunto consistente de diretrizes de ordenação do território que permitissem caracterizar tais ações como parte de uma determinada política pública. Vieira (2008) enfocou a necessidade de intervenção do Poder Público Municipal em favelas, através do desenvolvimento de políticas públicas para preservação do meio ambiente equilibrado, garantia da sustentabilidade urbana e da qualidade de vida na cidade do Rio de Janeiro. Relembra que a partir da consideração de que a Constituição da República (CR/88) tutela, simultaneamente, os direitos fundamentais à moradia e ao meio ambiente, pretende demonstrar soluções jurídicas

para conciliação e equilíbrio entre estes dois valores através da técnica da ponderação utilizada de forma casuística.

No caso de Pereira (2006), foram analisados os conflitos que surgiram no Vale do Rio São João fluminense, em terras públicas desapropriadas pelo INCRA para criação da Reserva Biológica Poço das Antas, procurando entendê-los a partir dos conflitos por terra e das ocupações e acampamentos no entorno da Reserva nos anos 1990.

Soares (2009) realizou um estudo de caso de um destino turístico litorâneo do estado do Rio de Janeiro, Saquarema. O autor assume a legitimidade para a avaliação do paradigma da sustentabilidade, estabelecendo estratégias para a garantia da integridade do patrimônio ambiental e cultural local ancorando a formulação de políticas urbanas em bases mais sustentáveis.

Finalmente, Gomes Filho (2003) tentou compreender o processo de elaboração do Plano Estratégico da Cidade de Campos de Goytacazes (PEC), na região norte do Estado do Rio de Janeiro, analisando seu contexto sócio-político e o papel dos principais atores sociais envolvidos durante este processo e Vargas (2001) explorou novas abordagens sobre as incontestáveis relações entre meio ambiente e saúde, através da análise da proposta governamental que no Estado do Rio de Janeiro visa à despoluição de uma de suas principais bacias hidrográficas - o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG).

## 6. DEBATES TEÓRICOS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

No que se refere à noção de conflitos socioambientais, percebe-se que, considerando-se as idiossincrasias de cada autor quanto ao tema, há certa convergência de significados sem desconsiderar as definições mencionadas, até porque, elas expressam com propriedade o universo no qual se insere a problemática estudada.

Os quatorze estudos agrupados na categoria Políticas públicas e conflitos socioambientais apresentam conclusões sobre os principais acontecimentos norteadores de políticas públicas ambientais no município do Rio, suas aplicações e desdobramentos. Eles são apresentados em outra categoria por constituírem estudos de caráter teórico baseados em relações sociais e na confecção de políticas públicas para atenuar os conflitos socioambientais nos territórios de análise.

Iniciando a análise, destacamos os trabalhos de Ferreira (2000) e Porto (2004) que analisaram, respectivamente, a internalização de indicadores político-institucionais de sustentabilidade nas políticas públicas em oito cidades de médio e grande porte do sul e sudeste do Brasil, através da análise da formulação e implementação de políticas públicas com características socioambientais e os resultados de uma investigação sobre condições de vida,

trabalho e saúde, envolvendo 218 catadores de materiais recicláveis, atuando no aterro metropolitano do Rio de Janeiro.

O trabalho de Azeredo (2005) tratou de considerar as interrelações do homem com o seu meio ambiente, abrangendo a apreciação das políticas públicas de preservação dos recursos hídricos no Brasil, através do estudo de caso de impactos ambientais, resultante do crescimento populacional da região da Barra da Tijuca, Município do Rio de Janeiro, na Bacia Hidrográfica Costeira de Jacarepaguá, onde cinco lagoas constituem o sistema lagunar de Jacarepaguá, formadas por afluentes de água doce que por ação de correntes marítimas, ação das marés e ventos, ocorre a troca hídrica com o oceano Atlântico, principalmente pelo canal da Joatinga.

Já Mattos (2005) acrescenta que nos últimos dez anos a sociedade civil organizada brasileira vem ocupando espaços cada vez maiores na discussão, formulação e execução de políticas públicas. Representando um mosaico de instituições multifacetárias dotadas de singular capacidade de execução de ações locais com visão global, focou-se especialmente as organizações não-governamentais ambientalistas que atuam em um estuário de grande importância para o estado do Rio de Janeiro e que sofre agressões diárias: a baía de Guanabara.

### *Políticas para educação ambiental*

Outra abordagem importante sobre os elementos que constituem a gestão ambiental nos municípios, Santos (2006) apresenta a Educação Ambiental no contexto escolar com objetivo geral de compreender a dinâmica da Educação Ambiental na Rede Pública do Município do Rio de Janeiro, observando suas concepções, problemas e desafios, por meio da experiência de trabalho de um distinto grupo de professores da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME), grupo este pertencente ao Centro de Educação Ambiental do Parque Nacional da Tijuca (CEAMP).

Ainda no enfoque à Educação Ambiental, Freitas (2011) tentou promover uma discussão teórica e reflexiva sobre a importância da efetivação da educação ambiental com foco na bacia hidrográfica urbana, tomando-se a bacia hidrográfica do rio Imboassú no município de São Gonçalo (RJ). O autor usou como fundamentação metodológica a análise ambiental que prioriza a participação pública e a educação ambiental no processo de planejamento e gestão, visando minimizar as diversas situações de desequilíbrio e degradação que acometem a bacia.

Concluindo, o estudo de Vieira *et al.* (2010) levantou e analisou a inserção da componente de Educação Ambiental ofertada pela Administração Pública no que diz respeito à implantação de políticas ambientais junto ao

Sistema Municipal de Meio Ambiente de Resende, RJ (SISMUMA).

Fittipaldi (2006) refletiu sobre o intenso debate contemporâneo em torno dos direitos fundamentais da moradia e do meio ambiente. Os referidos direitos, em via de regra, em situação de conflito nos discursos leigos e acadêmicos, indagam sobre as possibilidades e obstáculos do direito à cidade.

Na aplicação de aspectos metodológicos de investigação em questões socioambientais, Zborowski (2008) realizou um estudo de caso desenvolvido dentro das premissas da pesquisa participante, utilizando como opção metodológica a dialética ao buscar uma constante correlação entre as realidades local e global, e Costa (2001) fez uma incursão na evolução histórica da legislação ambiental no Brasil até se chegar ao período republicano, procurando mostrar que sempre tivemos normas ambientais adequadas e até em grande profusão e bastante avançadas, em comparação com outros países.

Em função da relevância socioambiental da Costa Verde, em especial, da Ilha Grande e dos compromissos assumidos pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) com a implantação do CEADS, Santiago (2010) buscou avaliar como a gestão desse campus pode contribuir para o estabelecimento de políticas públicas que promovam a sustentabilidade socioambiental da Ilha Grande. Desta forma, a partir de um diagnóstico socioambiental da Costa

Verde, com ênfase na Ilha Grande, ele realizou uma reflexão crítica sobre os processos de territorialização em Dois Rios e uma apreciação dos problemas socioambientais prioritários por meio da Análise da Cadeia Causal.

A análise crítica dos instrumentos jurídicos utilizados para a defesa do meio ambiente de Cavalcanti (2010) traçou os fundamentos teóricos do direito ambiental e passando, em seguida, ao exame dos instrumentos propriamente ditos, esta tese de doutoramento apresenta estudo de caso da implantação do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ) e todas as irregularidades jurídicas e técnicas que marcaram seu processo de licenciamento.

O estudo de Gouveia (2011) analisou a atuação do IBAMA, descrevendo a complexidade das relações entre atribuições do IBAMA à luz da legislação ambiental e das políticas públicas, especialmente aquelas voltadas à gestão de recursos naturais e a capacidade gerencial, administrativa, técnica, científica, histórica, e política. E o trabalho de Andrade *et al.* (2010) fez uma discussão sobre as políticas públicas voltadas para os recursos hídricos, além de outras políticas e programas governamentais relacionados ao tema, em particular, o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara. Afirmou, ainda, que no município de São Gonçalo (RJ) foi utilizado, como objeto de estudo, o diagnóstico preliminar das bacias hidrográficas a fim de avaliar os

fatores agravantes das inundações que ocorrem na região, apontando as medidas gerenciais necessárias para a sua mitigação.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É lícito destacar, ao concluir o levantamento das publicações sobre as políticas públicas de meio ambiente para o município do Rio de Janeiro, que o montante encontrado é ínfimo, desequilibrado entre os tipos de publicação e descontinuado cronologicamente, havendo necessidade de incentivo à ampliação deste acervo.

Das 39 publicações científicas encontradas, grande parte se concentra em Teses e dissertações seguidas de publicações em forma de artigos científicos de periódicos que tratam da temática, e com menor periodicidade, em livros e parte de livros. Importante lembrar que no decorrer do levantamento realizado virtualmente, muitas publicações sem cunho científico como reportagens jornalísticas, blogs, comunicados foram muito comuns, mostrando que há uma falta de interesse por parte dos pesquisadores e instituições em aprofundar a discussão, em especial, discutir as políticas públicas para o meio ambiente formuladas para atender as necessidades da cidade do Rio de Janeiro.

Apesar do momento histórico que a cidade tem passado, sendo sede de importantes eventos internacionais e sede da última conferência

internacional de meio ambiente (Rio + 20) realizada em 2012, pouco material científico foi produzido, e destes poucos, quase nenhum realizou uma análise crítica dos embates socioambientais que têm sido ampliados por estes condicionantes especiais.

Em suma, ficou evidenciado que os estudos são congruentes ao afirmar que o modelo econômico capitalista, o crescimento da cidade e os interesses políticos são os principais responsáveis pelo acirramento dos conflitos socioambientais na região e na formulação e execução de políticas públicas ambientais equivocadas.

## REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri; LEROY, Jean-Pierre. **Novas premissas da sustentabilidade democrática**. Rio de Janeiro: FASE, 1999 (Cadernos de Debate Brasil Sustentável e Democrático, 1).
- ALCÂNTARA, Leonardo Alejandro Gomide. *et al.* Democracia dialógica nos Conselhos Municipais de Meio Ambiente. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 3. [GT8 – Meio Ambiente Construído], 2006, Brasília. **Anais...** Campinas: ANPPAS, 2006. Disponível em: <[www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro3/arquivos/TA335-04032006-135418.DOC](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/arquivos/TA335-04032006-135418.DOC)>. Acesso em: 9 abr. 2013.
- ALHO, Ana Maria Gomes da Silva. **A participação popular na política urbana das grandes cidades**: testando a elaboração do plano diretor do município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011, 157 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá, 2011.
- ALLEGRETTI, Alessandro. **Ecoturismo no parque estadual do desengano - RJ**: estudo dos limites e possibilidades. Niterói, 2009. 164 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Universidade Federal Fluminense, 2009.
- AMANTE, Fernanda de Oliveira. **A água no espaço urbano: uma abordagem socioambiental e sua aplicação à grande tijuca (RJ)**. Rio de Janeiro, 2006, 205 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006.
- ANDRADE, Thais Alves Gallo *et al.* **A integração de políticas públicas na ação contra enchentes em bacias hidrográficas antropizadas**: o caso do município de São Gonçalo, RJ. VI Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 2010.
- ANDRADE, Andréa Brandão. **Análise do sistema de licenciamento ambiental do município de Viçosa**, Minas Gerais. Viçosa, 2007. 85 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Florestal) – Universidade Federal de Viçosa, 2007.
- ARRETCHE, Martha. **Democracia, federalismo e centralização no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV; Editora Fiocruz, 2012.
- AZEREDO, Consuelo da Conceição. **Dificuldades na defesa do meio ambiente**: estudo exploratório do sistema lagunar de Jacarepaguá. Rio de Janeiro, 2005, 85 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) - Centro Federal de Educação Tecn. Celso Suckow da Fonseca, 2005.
- BAÑADOS, Irina Moreira da Fonseca. **Políticas públicas: iniciativas de pagamento por serviços ambientais para preservar a água**. Curitiba, 2011, 145 f. Dissertação (Mestrado em Organizações e Desenvolvimento) - Centro Universitário Franciscano do Paraná, 2011.
- BENJAMIN, Antônio Herman. (Coord.) **Direito Ambiental das Áreas Protegidas**: o Regime

jurídico das Unidades de Conservação. Forense Universitária. Rio de Janeiro, 2001. 547p.

BONIS, Alexandre. **Gestão ambiental de drenagem urbana no município do Rio de Janeiro**: apresentação do caso do rio dos macacos. Rio de Janeiro, 2005, 164 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil ) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

BRASIL. Lei no 6.938, de 31 de outubro de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 02 set. 1981.

BRASIL.MMA.CONAMA. Resolução CONAMA no 237, de 19 de dezembro de 1997. Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 22 dez. 1997.

CALAES, Gilberto Dias et al. Bases para o desenvolvimento sustentável e competitivo da indústria de agregados nas regiões metropolitanas do país - parte 2. Rem: **Rev. Esc. Minas** 61(1): 47-56, ILUS, TAB. 2008 Mar.

COSTA, Rui Barbosa. **A responsabilidade do estado pelo dano ao meio ambiente no Brasil**. Belo Horizonte, 2001, 201 f. Tese (Doutorado em Direito) Universidade Federal de Minas Gerais, 2001.

CNUMAD. **Agenda 21 - Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, 2001.

CNUMAH. **Declaração de Estocolmo sobre o ambiente humano**. Estocolmo, 1972. Disponível em: <<http://www.educacaoambiental.pro.br/victor/unidades/DeclaraAmbienteHumano.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2013.

CAVALCANTI, Renata Neme. **A efetividade dos instrumentos jurídicos para a proteção ambiental**: o caso do licenciamento. Rio de Janeiro, 2010, 450 f. Tese (Doutorado em Direito) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

DELUIZ, Naise.; NOVICKI, Victor. Trabalho, meio ambiente e desenvolvimento sustentável: implicações para uma proposta de formação crítica. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, maio/ago, p. 18-29, 2004.

FARIAS, Saulo Cezar Guimarães. Espaços de participação social nas questões ambientais do município de Rio das Ostras: o caso do conselho municipal de meio ambiente. **Revista Interscienceplace**. Ano 3 - N ° 14 Julho/Agosto – 2010.

FERREIRA, Leila da Costa. Indicadores político-institucionais de sustentabilidade: criando e acomodando demandas públicas. **Ambient. soc.** (6-7): 15-30, ND. 2000 Jun.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 23, n. 79, 2002.

FITTIPALDI, Mariana. **Direito à cidade: diálogo de equidade entre o direito à moradia e o direito ao meio ambiente**. Rio de Janeiro, 2006, 247 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2006.

FOLADORI, Guilherme. **Limites do desenvolvimento sustentável**; Tradução: Marise Manoel. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2001.

FREITAS, Humberto Camelo. **A bacia do rio Imboassu no município de São Gonçalo (RJ) como unidade viabilizadora de educação ambiental no contexto do planejamento e gestão territorial**. Rio de Janeiro, 2011, 126 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

GOMES FILHO, Hélio. (2003), **A experiência de plano estratégico no município de Campos dos Goytacazes: um cabra marcado para morrer.** Dissertação (Mestrado em Planejamento regional e Gestão da Cidade) – Universidade Candido Mendes – Campos, RJ.

\_\_\_\_\_. Hélio. Propostas de saneamento ambiental para a segunda conferência municipal de Campos dos Goytacazes. In: PESSANHA, Roberto Moraes (org.). **Campos dos Goytacazes “uma cidade para todos” – análises e resoluções da 1ª Conferência Municipal em 2003 – subsídios para a 2a. conferência em 2005.** Campos, RJ: Cefet Campos, 2005 – 150 p. il.: 22cm. p. 90 – 101.

GOUVEIA, Maria Teresa de Jesus. **As conceituações de meio ambiente praticadas pelo corpo técnico do instituto brasileiro do meio ambiente (IBAMA) na formação da sua cultura organizacional.** Rio de Janeiro, 2011, 112 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

IRVING, Marta de Azevedo (Coord.). **Áreas Protegidas e Inclusão Social: construindo novos significados.** Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio: Núcleo de Produção Editorial Aquarius, 2006, 226p.

JÚNIOR, Vicente Antonio de Senna. **Saneamento e saúde: malha hidrográfica da Leopoldina e o impacto das doenças de veiculação hídrica no município do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2005, 104 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Fundação Oswaldo Cruz.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito. **Proposta,** Rio de Janeiro, v. 25, n. 71, p. 5-10, dez./jan. 1996/1997.

LIMA, Maurício Oliveira. Do otimismo da “democratização da democracia” à fragilidade da

“democracia participativa”: reflexões com base na experiência de gestão urbana em Angra dos Reis (RJ). In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, 7., 2007. Rio de Janeiro. **Anais...** Ponta Grossa: ANPEGE. 2007. Disponível em: <[http://www.anpege.org.br/downloads/anais.vIIA\\_npege.pdf](http://www.anpege.org.br/downloads/anais.vIIA_npege.pdf)>. Acesso em: 9 abr. 2013.

MARQUES, Eduardo Cesar Leão. As redes sociais importam para a pobreza urbana? **Dados** 52(2): 471-505, ILUS, TAB. 2009 Jun.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** São Paulo: Difel, 1982.

MATTOS, Solange Maria da Silva Nunes *et al.* O terceiro setor como executor de políticas públicas: ONG's ambientalistas na Baía de Guanabara (1990-2001). **Rev. Sociol. Polit.** (24): 177-192, TAB. 2005 Jun.

MONTEIRO, Cristiane da Silva. **A municipalização do licenciamento ambiental como instrumento para o desenvolvimento urbano sustentável: o caso de Macaé/RJ.** Macaé, 2009, 115 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2009.

NÉRI, Marlúcia. **Conselho municipal de meio ambiente da cidade do Rio de Janeiro: participação da sociedade civil e educação ambiental.** Rio de Janeiro, 2010, 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estácio de Sá, 2010.

NETO, Ernesto Luiz Erthal. **Destinação final dos resíduos sólidos urbanos no estado do Rio de Janeiro e a aplicação dos instrumentos de regulação e controle ambiental: uma abordagem crítica.** Rio de Janeiro, 2006, 110 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Fundação Oswaldo Cruz, 2006.

OLIVEIRA, Sérgio Nunes. **Limitações e possibilidades da gestão orientada para**

**resultados em um ambiente de implementação com padrão distinto da perspectiva racionalista:** Um estudo de caso da implementação do programa de controle de enchentes na prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008, 112 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Fundação Getúlio Vargas, 2008.

PEREIRA, Monica Cox de Brito. **Mediação de conflitos agrários e ambientais:** um estudo sobre o vale do rio são João no estado do Rio de Janeiro. Itaguaí, 2006, 259 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2006.

PEREIRA, Renata Maria Vasconcelos. **A política de recursos hídricos:** aplicação dos instrumentos de gestão e do sistema de gerenciamento dos recursos hídricos na lagoa Rodrigo de Freitas/RJ. Rio de Janeiro, 2009, 100 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Universidade Federal Fluminense, 2009.

PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas. **Políticas públicas urbanas na Prefeitura do Rio de Janeiro.** Coleção Estudos Cariocas. nº 20081101, Novembro – 2008.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza et al. Lixo, trabalho e saúde: um estudo de caso com catadores em um aterro metropolitano no Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Pública** 20(6): 1503-1514, GRA. 2004 Dec.

RIBEIRO, Paulo Victor da Silva. **Ecoturismo no parque estadual da pedra branca (RJ):** uma frente de oportunidades para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro, 2007, 134 f. Dissertação (Mestrado de Geografia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007.

SANTIAGO, Ana Maria de Almeida. **De "caldeirão do diabo" a "paraíso ecológico":** a conversão da Ilha Grande. Rio de Janeiro, 2010, 210 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

SANTOS, Christiane. **Educação ambiental na rede pública do município do Rio de Janeiro:** concepções, problemas e desafios. Rio de Janeiro, 2006, 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

SANTOS, Felipe Affonso Dantas. **Avaliação do processo de municipalização do licenciamento ambiental e proposta de critério de enquadramento do potencial de impacto ambiental no município do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2010, 137 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia de Processos Químicos e Bioquímicos) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

SIRKIS, Alfredo. **O desafio Ecológico das Cidades.** p. 214 – 229. In: TRIGUEIRO, André (org). **Meio Ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento.** Rio de Janeiro, Sextante, 2003. 367 p: il.

SOARES, Cristiane de Souza. **Qualidade de vida, realidade e conflitos do turismo na paisagem litorânea:** o caso de saquarema/RJ. Rio de Janeiro, 2009, 210 f. Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade) Universidade Estadual de Campinas, 2009.

SOUZA, Donaldo Belo. **Relatório conclusivo:** levantamento documental sobre o eixo temático conselhos de meio ambiente no Brasil – bibliografia analítica (1981-2007). Rio de Janeiro: UNESA, 2009 (*mimeo*).

SOUZA, Donaldo Belo; NOVICKI, Victor. **Conselhos municipais de meio ambiente no Brasil:** estado da arte, gestão e educação ambiental. Brasília: Liber. 2010.

TEIXEIRA, Silmara Machado. **Participação popular na gestão de políticas públicas ambientais:** o caso do COMAM – Conselho Municipal do Meio Ambiente de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 2004. 168 f. Dissertação

(Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2004.

TOLEDO, Ricardo Abreu. **Capacidade e sustentabilidade da gestão ambiental municipal:** proposta de um sistema de indicadores e a avaliação do município de Angra dos Reis - RJ. Rio de Janeiro, 2007, 175 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Universidade Federal Fluminense, 2007.

VARGAS, Liliana Angel. **O programa de despoluição da Baía de Guanabara:** uma análise na perspectiva da saúde coletiva. Rio de Janeiro, 2001, 213 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2001.

VIEIRA, Juliana de Souza Reis. **Intervenções do poder público municipal em favelas na cidade do Rio de Janeiro para preservação ambiental.** Rio de Janeiro, 2008, 205 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2008.

VIEIRA, Rosângela Gonçalves *et al.* **Educação Ambiental na Gestão do Meio Ambiente:** uma diretriz de Política Pública para o Município de Resende, RJ. VII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, Rio de Janeiro - 2010.

ZBOROWSKI, Marina Barbosa. **Conflitos ambientais na baía de Sepetiba:** o caso dos pescadores atingidos pelo processo de implementação do complexo industrial da companhia siderúrgica do atlântico. Rio de Janeiro, 2008, 132 f. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidade Ecologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.